

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ERRO NA NARRATIVA DA CRIANÇA

SANTOS, Marcele Viana Macedo¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
marcelevianasantos@gmail.com

PEROTTINO, Silvana²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
silvana-perotino@uol.com.br

RESUMO: Interessa-nos aqui discutir o submetimento da fala do investigador à fala da criança e como isso pode vir a ser explicitado na análise de episódios dialógicos entre professor-alunos a partir da perspectiva interacionista em Aquisição da Linguagem (DE LEMOS, 2002, entre outros). Neste trabalho, o investigador, que também foi observador da interação em sala de aula, ao transcrever a fala das crianças, ao ler essa transcrição, mostra-se em uma posição diferente daquele que busca indícios de um saber sobre a língua por parte da criança.

PALAVRAS-CHAVE: fala da criança; investigador; interacionismo

1 - Introdução

Para se referir à questão do investigador em Aquisição da Linguagem, Claudia de Lemos (2002) lança mão da noção do efeito de enigma (LEMOS, 2002) ou estranhamento provocado pela fala da criança sobre o adulto (investigador/pesquisador). Lier-DeVitto (2004) e Carvalho (2005) afirmam que esse encontro do investigador com a fala da criança ocorre tanto na escuta (momento presenciado pelo investigador/terapeuta no acontecimento da fala) quanto na leitura (da transcrição dos episódios dialógicos), principalmente daqueles segmentos que são imprevisíveis, por evidenciarem, ao mesmo tempo, uma fala determinada pelo que é dito pelo adulto e uma fala que se distancia daquilo que é proferido pelo outro (PEREIRA DE CASTRO, 2009).

Abordando a questão da constituição do dado em Aquisição da Linguagem, voltamos para os efeitos da linguagem que ocorrem sobre a criança em situações dialógicas adulto-

¹ Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós Graduação em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Doutora em Linguística pela Unicamp. Docente do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

criança, e, também, de acordo com a perspectiva teórico-metodológica adotada por nós, para esses efeitos sobre o investigador, numa estrutura em que, tratando-se da anterioridade lógica da língua (Saussure, 1916/2006), nem o investigador nem a fala da criança preexistiriam a tal estrutura.

Carvalho (2005) argumenta ainda a respeito da impossibilidade de se considerar o investigador e a fala da criança fora dessa estrutura, de onde o investigador olharia/escutaria a fala da criança (suposto objeto de seu estudo) para constituí-la como seu objeto de análise científica.

2 – As falas de alunos no diálogo com a professora

Realizamos o acompanhamento semanal das aulas de uma professora do 1º ano do Ensino Fundamental em uma escola municipal do município de Vitória da Conquista (BA) durante o segundo semestre de 2011. O nosso trabalho volta-se para as situações dialógicas ocorridas no contexto escolar, especificamente da fala da professora dirigida à criança durante o relato de histórias em sala de aula. Trazemos neste artigo uma proposta de análise de três diálogos ocorridos entre a professora e os alunos em uma aula. A professora havia contado a fábula ‘João e Maria’³ e apresentado às crianças a canção ‘Criança Feliz’⁴. Logo em seguida, introduz o que havia sido planejado para ser discutido com as crianças, o documento ‘Estatuto da Criança e do Adolescente’.

Segmento 01:

P⁵: Agora, veja bem... presta atenção: toda criança tem agora um Estatuto.

G⁶: Estatuto.

P: Quem sabe o que é isso, o Estatuto? Estatuto da Criança, alguém sabe o que é isso? Não...

MF⁷: Eu sei tia. Estalta é... de brincar... Estalta é ESTALTA. (*O grupo se dispersa e muitas crianças repetem o que MF disse*)

P: Ah, aquela brincadeira, né? Não, não é isso não. Isso é muito sério. Isso é um documento...

G: Um documento. (*sussurrado*)

³ Conto de fadas de tradição oral que foi coletado pelos irmãos Grimm.

⁴ O trecho trabalhado da cantiga popular “Criança Feliz” pela professora foi: ‘Criança feliz/feliz a cantar/Alegre a embalar/seu sonho infantil/Oh! meu bom Jesus,/que a todos conduz/Olhai as crianças/Do nosso Brasil’.

⁵ ‘P’ se refere às falas da professora.

⁶ ‘G’ se refere às letras iniciais do nome da criança.

⁷ ‘MF’ se refere às letras iniciais do nome da criança.

P: Que dá direito de algumas coisas a vocês. Então é lei. É chamado de Estatuto. Não é estátua, essa brincadeira que vocês estão falando não.

2.2 - Segmento 02: (A professora foca conduzir o tema abordado e se remete à fala anterior de um aluno)

P: Ela *(a criança que falou 'estalta')*, falou estátua, aquela brincadeira, eu não falei estátua, eu falei estatuto, que dá direito a vocês a ter uma casa, a ter escola, a ter um lar, a ter comida. Então é isso que dá direito a criança. Essa lei. É importante para vocês saberem disso. Então o que faz com que vocês cresçam fortes, bonitos, inteligentes...?

JV⁸: Comida! Comida! Comida! *(repete para que seja escutado na competição de vozes das outras crianças)*.

P: Só comida?

JV: Suco.

C⁹: Carne.

C: Salada.

C: Frutas.

C: Refrigerante.

C: Uva.

P: Tá gente! Isso tudo é comida!

(as crianças continuam falando nomes de alimentos)

P: Gente! Comida é isso. Mas vocês precisam só de comida para viver?

(as crianças continuam falando nomes de alimentos)

P: Então vocês vão viver só de comida? Só vai comer? O que vocês precisam mais?

JV: Não. Beber água.

P: Só isso? O que mais?

JV: Bolo de chocolate.

2.3 - Segmento 03: A professora continua a falar sobre o Estatuto e demonstra preocupação em garantir que os alunos entendam o que estava sendo discutido por ela até aquele momento.

P: Então vocês entenderam o que é Estatuto? É uma lei que garante tudo isso que vocês disseram: comida, uma casa para morar, uma escola para estudar, não é isso? O que mais?

⁸ 'JV' se refere às letras iniciais do nome da criança.

⁹ 'C' se refere à fala de um criança inespecífica (que não pode ser identificada na transcrição da gravação realizada em áudio).

C: Uma cama.

P: Um lugar para dormir... mas também a criança precisa do que mais?

C: travesseiro.

P: de carinho, de amor. Ela pode ser apanhada como a gente falou antes?

C: Não.

Iniciamos a nossa reflexão dando destaque à escuta da professora em relação à fala das crianças. No primeiro segmento, a professora infere sobre a escuta de MF em relação à palavra “Estatuto”, tanto que faz alusão a ela – a brincadeira de “estátua” - ao explicar para a sala o significado da última, ao dizer que não se tratava de uma brincadeira, mas de algo sério, de um documento existente para garantir-lhes seus direitos. Convém notar que ela não corrige o modo como a criança disse “estátua”, centrando-se na explicação do conteúdo a ser dado.

Nesse sentido, esse segmento ainda possibilita a inferência sobre a relação de homonímia ocorrida entre as palavras ‘Estatuto’ e ‘estalta’. Podemos dizer que a escuta da criança para a fala da professora resultou em “erro” que, no entanto, deve ser remetido para o fenômeno do equívoco sempre presente na língua. Como já discutido por De Lemos (2002), acontecimentos da fala como esse devem ser compreendidos como “erros” que são decorrentes da prevalência de uma das leis de funcionamento da linguagem, os processos metafóricos, da relação existente entre os elementos do eixo associativo da língua, entre as cadeias manifestas e as latentes.

No segundo segmento, na fala da professora aparece a referência à brincadeira de ‘estátua’, que MF havia nomeado de ‘estalta’. Ela não corrige a fala da criança. Mas ao retomá-la apresenta na sua fala a palavra que vem de acordo com o que é prescrito pela norma da língua, a que determina como deve ser a pronúncia correta dos falantes da língua. Lembramos aqui a questão da variação lingüística, especificamente o que Câmara Jr. (1988) destaca como variações determinadas pelas condições do contexto fonético em que o fonema se realiza (estátua – estalta, água – alga).

É importante notar o que a pergunta formulada pela professora, “Então o que faz com que vocês cresçam fortes, bonitos, inteligentes...?”, desencadeia na fala das crianças. As respostas apresentadas, primeiro ‘comida’ e depois os diversos tipos de alimentos, revelam o surgimento de fragmentos provindos de discursos já-escutados, já-vistos, já-lidos por elas, qual seja aqueles nos quais pais, familiares, professores ou adultos mais próximos alertam-nas sobre a necessidade de se alimentarem para crescerem saudáveis. A professora retoma a

resposta das crianças, “Só comida?” com o objetivo de continuar o tema do documento do ‘Estatuto da Criança e do Adolescente’, por isso complementa com “Só vai comer? O que vocês precisam mais?”. As respostas apresentadas – “De água”, “Bolo de chocolate”- indicam a presença ainda marcante dos fragmentos de textos que se referiam a situações dialógicas em que a fala dos adultos versava sobre o que era necessário para se crescer saudável.

No terceiro segmento, a professora retoma o que ela havia discutido com os alunos a respeito do ‘Estatuto’, por meio de enunciados paralelísticos, “uma casa para morar, uma escola para estudar, não é isso? O que mais?”, e a resposta de um dos seus alunos vai nessa direção, pois diz: “Uma cama”. A professora retoma esse enunciado e o reformula, “Um lugar para dormir”. Como ainda esperava que as crianças falassem mais sobre os direitos que vinham garantidos por esse documento, enuncia: “mas também a criança precisa do que mais?”, ao que um deles responde: “Travesseiro”. Essa resposta aponta mais uma vez para a questão da escuta da criança em relação à fala da professora, assim como para uma dinâmica de diálogo estabelecida entre professor-alunos, pois a resposta de um deles desencadeia uma série de outras por parte dos colegas, as quais parecem visar completar aquela. A atitude da professora nessas situações é de retomada dessas falas para dar continuidade ao assunto que ela pretende tratar ou, então, de fornecer de imediato aquilo que considera o mais apropriado como resposta à pergunta formulada, como foi o caso nesse último trecho do diálogo.

3 – Considerações finais

Consideramos que os deslocamentos do investigador ao assumir compromisso com a fala da criança implicam numa submissão de um sujeito a um efeito da linguagem sobre o qual ele não tem controle (DE LEMOS, 2002, entre outros autores).

Conceber o investigador como alguém que, como a criança, está assujeitado à língua implica em um desafio: o compromisso ético de não higienizar dados ou se deixar levar por outras interpretações de cunho psicológico sobre a criança. Concerne, portanto, à condição de, como investigador, estar submetido a um funcionamento lingüístico-discursivo que, no seu encontro com a fala da criança, deixa-se surpreender.

É óbvio que não se considera o lugar a ser ocupado pelo investigador, nesse encontro com a fala da criança, como de poder ou de domínio sobre a língua (DE LEMOS, 1991), como fazem teorias naturalísticas em Aquisição da Linguagem. A tentativa de deslocamento do investigador desse lugar de domínio seria, então, a condição constitutiva do campo da aquisição de linguagem (CARVALHO, 2005; 2006).

Neste trabalho o deslocamento do investigador-observador foi relevantemente marcado pelas retomadas das gravações realizadas em áudio, da leitura das transcrições das situações dialógicas, ao lado de leituras sobre o arcabouço teórico do interacionismo, o que vai fortalecendo, direcionando e iluminando os próprios passos da observação e da análise.

A questão do investigador em Aquisição da Linguagem passa, então, pela discussão sobre o efeito da fala da criança sobre o adulto, sobre o que vem a ser o saber da língua (DE LEMOS, 1991). Nos episódios dialógicos discutidos neste trabalho evidencia-se a escuta do investigador para os “erros” presentes na fala da criança, tomados por ele indícios da escuta da criança para textos já-escutados, já-ditos e já-lidos, assim como os movimentos da língua sobre a fala da criança.

É fundamental destacar que a questão do observador suscita uma discussão que deve ser aprofundada, pois na situação de sala de aula a professora olha para a observadora quando algo da fala das crianças a surpreende, no sentido de se constituir como um “erro” para ela (com a ressalva de que ela não os corrige explicitamente), assim como a própria observadora anota falas das crianças que lhe soam divergentes – entre a incorporação da fala do outro e a sua imprevisibilidade, e que, por isso, demandam uma explicação.

5 - Referências bibliográficas

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 18ª Ed. Petrópolis: 1988.

CARVALHO, G. O erro em aquisição da linguagem: um impasse. In: LIER-DE VITTO, M. F. e ARANTES, L. **Aquisição, patologias e clínica de linguagem**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006, p. 63-78.

CARVALHO, G. Questões sobre o deslocamento do investigador em aquisição de linguagem. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 47, nº (1) e (2), jan./dez, 2005

DE LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. In: ORLANDI, E. (org.) **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. v. 42., p. 41-69, jan./jun, 2002.

DE LEMOS, C. T. G. **Saber a língua e o saber da língua**. Aula inaugural do IEL: 13 de março de 1991.

LE MOS, M. T. **A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição da linguagem**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LIER-DEVITTO, M. F. Sobre a posição do investigador e do clínico frente a falas sintomáticas. **Letras de Hoje**, v. 39, nº 3, p. 47-59, set., 2004.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta C. Sobre a constituição dos corpora no campo da aquisição da linguagem, **Organon** (UFRGS), vol. 46, p.10-18, jul., 2009.

SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1919/2006.